



EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR RELATOR DA TERCEIRA CAMARA CIVEL DO TRIBUNAL DE JUSTICA DA PARAIBA

Processo: 08236754920188152001

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS DA OMISSÃO E DA CONTRADIÇÃO

Com a mais a respeitosa vênia, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão omissa em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável decism.

Verifica-se grave OMISSÃO, que devem ser supridas ou sanadas por meio dos presentes embargos, sendo certo que o recurso não objetiva rediscutir a matéria, mas afastar os vícios constatados no julgado.

Com todo o respeito a Embargante, vem, informar que houve omissão quanto a **AUSÊNCIA DE COBERTURA** amplamente arguida no recurso de apelação.

Neste ponto, requer seja verificada a omissão informada.

Ademais verifica se contradição em relação ao membro lesionado, vejamos trecho da decisão:

*“...Compulsando-se os autos, **VERIFICA-SE QUE A RECORRIDA REALMENTE SOFREU LESÃO NA MÃO ESQUERDA** em decorrência de acidente de trânsito. Entretanto, tal traumatismo acarretou-lhe perda parcial, com grau de incapacidade na ordem de 50%, segundo laudo pericial anexo (ID 21011572)...”(GN)*

Contudo o laudo **e bastante claro ao informar que a lesão se deu nos DEDOS** (segundo, terceiro e quarto dedo da mão esquerda) e não na mão como um todo, vejamos conclusão da perícia:

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão DE DEDOS MÃO ESQUERDA ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☒ 50% Média ☐ 75% Inten:
2º ao 9º QUIROPACTILOS

ASSIM LAUDO CONCLUIU POR LESÕES NO SEGUNDO, TERCEIRO E QUARTO DEDOS DA MAO EM 50 %.

Vale ressaltar que a tabela faz distinção entre a invalidez permanente das mãos e a invalidez permanente nos dedos.

Neste ponto, requer seja verificada a contradição informada.

CONCLUSÃO

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado os pontos OMISSOS E CONTRADITÓRIOS, conferido efeitos integrativos para o fim de prover integralmente, tudo por ser medida de direito e irretorquível JUSTIÇA!

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 2 de agosto de 2023.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
OAB/PB 15477

